



1977: A REORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL E AS INTERPRETAÇÕES DO PROCESSO NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA.

Juliana Caetano Vaccari Tezini¹
Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva²

RESUMO: A proposta deste artigo é mostrar como a revista **Veja**, através de suas construções discursivas, buscou desmobilizar a participação política dos estudantes universitários durante o ano de 1977. Tendo em vista que neste contexto histórico os movimentos estudantis tiveram um importante papel na luta por liberdades democráticas, contestando a ditadura militar através de passeatas e atos públicos, os quais marcaram a volta dos movimentos sociais à cena social e política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Movimentos Estudantis; Revista Veja.

ABSTRACT: The objective of this article is to show how the *Veja* magazine, through its discursive constructions, attempted to unblock the political participation of the university students during the year of 1977. It is important to underline that at this historical context the student movement had had an important role considering the fight for democratic freedoms, contesting the military dictatorship through public walks and acts, which had marked the return of the social movements to the social and political scene in Brazil.

KEY WORDS: Military dictatorship; student movement; *Veja* magazine.

Este artigo propõe mostrar como a prática discursiva da revista **Veja** estava vinculada a sua atuação política durante a ditadura civil-militar no Brasil. A análise buscou identificar como a revista tratou a rearticulação da juventude brasileira, em especial da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1977, após anos na clandestinidade. Mesmo em determinada situação, a UNE foi alvo de intensas disputas e debates tornando-se, mais uma vez, um dos pilares de organização da juventude do período.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: jutezini@gmail.com.

² Graduado em História, Especialista em História da Educação Brasileira e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: gabrielpaivahist@yahoo.com.br.

1 ATUAÇÃO DA UNE EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR³ (1964-1979): DA IRREGULARIDADE À REORGANIZAÇÃO

Os anos anteriores ao golpe civil militar foram marcados por um processo de radicalização política em torno da campanha que agregava um amplo conjunto de forças políticas, reunindo partidos e organizações de esquerda e movimentos sociais, como o Partido Comunista Brasileiro, Ação Popular, as Ligas Camponesas, entre outros, na luta pela implementação das reformas de base, projeto do então presidente João Goulart (ARAUJO, 2007, p. 137). Para Araujo:

No interior dessa frente, a posição do Partido Comunista era bastante expressiva. Na verdade, as reformas de base [...] eram a interpretação trabalhista da linha política discutida pelo PCB desde o final dos anos de 1950, que visava a direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro no rumo de uma revolução nacional e democrática (2007, p. 137).

Esse processo de radicalização passou a ser reprimido quando os militares, no ano de 1964, assumiram o poder através de um golpe de Estado. Foi o início da ditadura civil-militar. A interpretação de René Dreifuss, sobre o golpe de 1964, mostrou que entre os anos de 1950 e 1960, cresceu no Brasil um segmento da burguesia industrial fortemente associado ao capital internacional. Contrapondo-se a burguesia de base oligárquica e com perspectivas nacionalistas, esses novos setores da burguesia, associados ao capital internacional, se estruturaram em organizações empresariais como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Neste sentido para Dreifuss, “o complexo IPES/IBAD funcionou como um Estado-Maior da burguesia multinacional, que centralizou e organizou as iniciativas que levaram ao golpe de 1964 e instalaram o que ele chamou de ditadura civil-militar” (DREIFFUS apud ARAUJO, 2007, p. 134).

Poucos dias depois do golpe foi expedido o *Ato Institucional nº1* (AI-1). Este permitiu as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensão de direitos políticos. Uma das primeiras ações da ditadura, após a expedição do AI-1, foi fechar as entidades identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que deram sustentação a João Goulart, e prender os seus respectivos dirigentes. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida, saqueada e queimada pelas forças da repressão.

³ Durante o período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou o processo denominado ditadura civil-militar. Utilizamos o termo ditadura civil-militar, pois o golpe que deu origem a ditadura foi uma articulação da burguesia nacional e internacional, realizada pelo exército brasileiro. De forma sucinta, a natureza das ditaduras do Cone Sul tinha por função a redefinição da inserção da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho; consolidação de um capitalismo monopolista de Estado e domínio interno da fração monopólica nativa aliada ao capital estrangeiro (PADRÓS, 1996, p. 67-92).

A posição dos estudantes, naquele momento, foi de resistir, porém, o próprio João Goulart decretou a não resistência ao deixar o país logo depois do golpe e declarou que deixava o país para evitar uma guerra civil. Para Araujo, a não resistência apontou também para uma questão crucial: “[...] o enorme erro das forças de esquerda sobre sua capacidade política em termos gerais: capacidade mobilizadora, apoio popular, capacidade de resposta política” (2007, p. 154).

Uma das consequências do golpe foi o fechamento das entidades estudantis como Diretório Central dos Estudantes (DCE), Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs). O governo militar interveio, em muitas universidades, expulsando os estudantes, cassando o registro de professores acusados de comunistas e nomeando interventores como chefes de departamento. Neste movimento, o governo promulgou a Lei 4.464/64, que através de seu artigo número 22, extinguiu a UNE, sob a acusação de “[...] servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa-de-ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais”, revogando o antigo Decreto-Lei nº 4.105/42, que reconhecia a entidade como representante nacional dos estudantes (FÁVERO, 1995, p. 60). A lei 4.464/64 dispunha de artigos que impediam os estudantes de atuar politicamente em faculdades e universidades:

Segundo a Lei nº 4.464/64, que dispõe sobre a atuação dos estudantes nas escolas, fica vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, greves. Determina, também que diretores de faculdades, de escolas e reitores incorrerão em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitirem o não-cumprimento da lei (FÁVERO, 1995, p. 60).

Após o fechamento de suas entidades, entre 1964 e 1968, os estudantes criaram as “entidades livres”. Eram diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que as demais, pela Lei Suplício, estavam sob o controle direto do governo e com isso, proibidas de exercer qualquer atividade política (ARAUJO, 2007, p. 157).

Mesmo diante dos enfrentamentos e perseguições os movimentos estudantis permaneceram se organizando. Estudantes que militavam na Ação Popular, força política influente na direção da entidade até o fechamento da UNE, começaram a reorganizar a entidade logo depois de 1964. Manifestações, greves e passeatas foram convocadas em nome da entidade, organizada clandestinamente (ARAUJO, 2007, p. 157).

No ano de 1965, com o *Ato Institucional nº2* (AI-2) ocorreu a extinção oficial dos partidos políticos e a implementação do bipartidarismo. Passaram a existir somente a ARENA

(Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Todas as organizações políticas que atuavam nos movimentos estudantis e no cenário político nacional passaram à ação clandestina. Apesar de todas as perseguições, a UNE conseguiu realizar o seu 27º Congresso, em 1965, elegendo para presidente da entidade o mato-grossense Altino Dantas. A repressão foi intensificada e as condições de realização de qualquer encontro reduzida. Mesmo com todas as dificuldades no ano de 1966, a UNE realizou o seu 28º Congresso. Com o apoio de padres, o Congresso realizado em um porão de uma igreja, em Belo Horizonte, elegeu para direção da entidade o mineiro José Luís Guedes.

Guedes, em relação ao apoio da população, que abrigava os estudantes em suas próprias residências, revelou que “[...] as mesmas mães mineiras que em 64, tinham saído para apoiar o golpe, agora nos tiravam da prisão. São as mesmas mães da Marcha com Deus, pela Família e pela Propriedade” (BARCELLOS, 1977, p. 58).

Nesse período, dirigidos pelas organizações Ação Popular e Dissidência Guanabara, os estudantes buscaram articular a política geral com as suas questões específicas. Porém, a dificuldade da realização desta tarefa fez com que os movimentos estudantis, naquele momento, se esvaziassem, exceto em alguns locais, como no Rio de Janeiro. Passeatas foram organizadas, mas não havia enfrentamento com os militares. Entretanto, esta disposição de enfrentamento surgiu após o assassinato do estudante Edson Luís.

A UNE, mesmo na ilegalidade continuou desempenhando seu papel na liderança do conjunto dos estudantes de todo o país. Nesse período, a entidade buscou aprofundar os debates sobre a Reforma Universitária, denunciando os perigos dos Acordos MEC-USAID. Em seminário ocorrido no ano de 1967, em convento próximo a São Paulo, a UNE buscou organizar a juventude contra as tendências privatizantes da educação superior.

Desse seminário sai um documento contendo o programa de lutas (com reivindicações de mais verbas para a educação), incluindo sérias denúncias sobre a atuação de organismos norte-americanos na orientação do ensino brasileiro. Entre as denúncias, destacam-se: a transformação das universidades públicas em fundações e sua privatização, a entrega do ensino superior ao controle de capitais estrangeiros. Nas recomendações, é enfatizado o boicote às medidas concretas de aplicação dos acordos e à reforma universitária a ser realizada pelo governo (FÁVERO, 1995, p. 66-67).

O governo encontrou um modo eficaz de conter as reivindicações estudantis, não somente por meio de seus aparelhos repressivos, mas procurando cooptar os estudantes através de convite de universitários, para integrar o Grupo de Trabalho para elaboração de novo projeto

de reforma da universidade no país (FÁVERO, 1995, p. 69). Os estudantes ligados a UNE recusaram o convite dando continuidade a luta contra o governo.

Um ano diferencial na história da juventude brasileira foi o ano de 1968, pois refletiu a ebulição de manifestações que se espalharam por muitos países. O ano de 1968 tornou-se sinônimo de uma rebelião estudantil mundial. Críticos ao imobilismo dos partidos socialistas e comunistas burocratizados, “[...] jovens empenhados na construção de uma nova sociedade, com novos valores e novas práticas, calcadas na valorização da ação direta, do radicalismo e do confronto agitaram o mundo” (ARAUJO, 2007, p. 163). Mesmo com um conjunto muito grande de manifestações, lutas e novas organizações que foram criadas nesse processo, a maior expressão desse período foi o maio francês.

No Brasil, um momento importante no ano de 1968, foi a “passeata dos cem mil”, em contraposição aos violentos conflitos entre estudantes e militares. O resultado da manifestação foi a constituição de uma comissão para negociar com as autoridades. Entre as reivindicações dos estudantes encontravam-se a libertação dos estudantes presos e a ampliação de verbas e vagas nas universidades.

Em outubro de 1968, ocorreu o marco final de todo aquele processo político, de confronto e radicalização. O Congresso da UNE realizado em Ibiúna, em outubro de 1968, poucos dias depois de instalado, enfrentou a repressão policial que prendeu todos os estudantes presentes, ou seja, toda a liderança estudantil do país. Em relação ao enfrentamento político, Ibiúna foi palco de uma grande polarização política vivenciada no interior da UNE: de um lado os militantes das dissidências do Partido Comunista Brasileiro, principalmente a dissidência Guanabara e de outro lado a coligação Ação Popular e o Partido Comunista do Brasil (ARAUJO, 2007, p. 185).

Os movimentos estudantis passaram por um momento de refluxo, pois toda a movimentação política da juventude e dos trabalhadores foi abafada, em dezembro de 1968, com a decretação do *Ato Institucional nº5* (AI-5). A UNE ainda tentou resistir por mais algum tempo na clandestinidade, mas chegou ao ano de 1969 sem presidente devido à prisão de Luis Travassos. Se organizar a juventude em grandes congressos se tornou impossível, a entidade passou a organizar mini-congressos para a eleição de um colegiado, que escolhesse a nova diretoria. Diante deste novo momento Jean Marc Von Der Weid, foi eleito presidente da UNE. Jean Marc foi mais um presidente da UNE militante da Ação Popular. Depois de preso, Jean Marc foi substituído pelo então vice-presidente Honestino Guimarães.

Diante das perseguições, as influências do maoísmo, do guevarismo e as mudanças no interior do Partido Comunista Brasileiro, contribuíram para que parte da juventude passasse a

militar em organizações armadas, que começaram a surgir no Brasil no ano de 1966. Neste ano foi fundada a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização criada por Carlos Marighela. A ALN, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foram resultados de rompimentos com a política geral do PCB. Ainda entre 1966 e 1969 outras organizações de luta armada surgiram, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), o MR-8, Comandos da Libertação Nacional (COLINA), o Movimento pela Libertação Popular (MOLIPO), entre outras (ARAUJO, 2007, p. 193). Sobre o recrutamento de militantes, Santos afirmou que:

O maior envolvimento dos militantes engajados com os movimentos de esquerda se deu nos espaços urbanos, onde conseguiam recrutar mais facilmente novos membros para integrarem as organizações. Somente o PCdoB conseguiu inserir-se no interior, em Araguaia, no Sul do país. Ambos encontravam-se na clandestinidade, mas mesmo assim eram constantemente alvo das perseguições do Estado (2007, p. 58).

A partir de divergências internas do PCdoB, surgiram, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Ala Vermelha, que originou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).

Porém, esta opção de ação direta conjugada com o endurecimento repressivo da ditadura pós AI-5, foi trágica. O resultado deste processo foram as mortes de lideranças dos movimentos estudantis, afinal os integrantes das organizações armadas eram, em grande número, estudantes (ARAUJO, 2007, p. 194). A opção pela luta armada, para Daniel Aarão Reis Filho:

[...] apesar de envolver um grande número de estudantes e lideranças estudantis, afastou-se da grande massa estudantil e promoveu um isolamento dessas lideranças, não só em relação ao movimento estudantil, mas em relação à própria sociedade brasileira (REIS FILHO *apud* ARAUJO, 2007, p. 195).

A mais espetacular ação armada pelas organizações guerrilheiras naquele período foi o seqüestro do embaixador americano no Rio de Janeiro, no ano de 1969, pensada em primeira instância, por um grupo de militantes da Dissidência da Guanabara. Na ocasião ninguém foi preso, mas 40 dias depois, Jonas, o comandante da operação foi preso, torturado e morto (ARAUJO, 2007, p. 198).

Mas, para Araujo (2007), falar dos movimentos estudantis depois de Ibiúna não é falar apenas de luta armada. Apesar do refluxo existente, havia um esforço por parte de algumas lideranças e de alguns militantes, no sentido de preservar a autonomia do movimento frente à luta armada e de encaminhar atividades políticas, mesmo proibidas, nas universidades. Honestino

Guimarães, estudante da UnB e militante da Ação Popular, foi incumbido de dirigir a UNE. Este foi igualmente preso, no Rio de Janeiro e até hoje seu paradeiro é desconhecido.

Entre 1969 e 1973, os movimentos estudantis vivenciaram a sua fase mais crítica de refluxo. Em 1973, Alexandre Vannuchi, militante da ALN, foi morto e isso deu início a um novo processo de recuperação política dos movimentos (ARAUJO, 2007, p. 202). Se para os movimentos estudantis o ano de 1973 foi o marco para a sua recuperação, o ano de 1974 foi o início de uma nova conjuntura no cenário político brasileiro. A posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República inaugurou um processo de “distensão política”.

Na época muitos intelectuais interpretaram o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura, criando uma democracia de fachada. Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura (ARAUJO, 2007, p. 209).

Para essa nova situação histórica uma nova tática política foi sendo definida por um amplo conjunto de partidos e organizações de esquerda, que se expressou na luta pelas liberdades democráticas. Isso representou, de forma sintética, a luta pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra as prisões arbitrárias, contra a censura, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, pelas eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos, entre outros (ARAUJO, 2007, p. 211).

A busca pelas liberdades democráticas redefiniu o quadro de alianças entre as esquerdas. Nesse período, os estudantes tiveram um papel muito importante, pois foram eles que organizaram as primeiras manifestações de rua, lançando como principal bandeira a luta pelas liberdades democráticas. Os estudantes lutavam seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda, que procuravam reconstruir suas entidades representativas (ARAUJO, 2007, p. 213).

De 1975 a 1977 ocorreu a retomada das lutas estudantis. A repressão continuava mas a juventude radicalizava a sua atuação. Em 1975, sob a orientação da tendência Liberdade e Luta, ocorreu a fundação do DCE Livre da USP, entidade dirigida por militantes da APML. Entidades foram reorganizadas e a luta contra prisões arbitrárias, perseguições e assassinatos de estudantes marcaram estes anos. Foi no quadro de democratização lenta e gradual no país, que se forjou a reconstrução da UNE, nos condicionantes abaixo:

Em março de 1977, contrariando aos adeptos de que lugar de estudante é na sala de aula, os jovens voltam às ruas e trazem reivindicações bem específicas, como mais verbas para a Universidade e o rebaixamento das anuidades. Em São Paulo, mais ou menos quatro mil estudantes reúnem-se para criar uma

Comissão Pró-UNE, que foi dissolvida pelas forças policiais. Essa manifestação, porém, não ficou isolada. Dois meses depois, os jovens estão novamente nas ruas. Agora, com a adesão de sindicatos do ABC, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), MDB, do Movimento Feminino pela Anistia, do setor progressista da Igreja e do recém-organizado Comitê Brasileiro pela Anistia (BARCELLOS, 1997, p. 72).

A luta política, portanto, voltou a fazer parte da atuação dos estudantes. Além disso, a campanha pela anistia, iniciada no final da década de 1970, foi a bandeira que congregou os diferentes setores da sociedade e diferentes forças políticas. Os estudantes participaram intensamente dessa frente e atuaram no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) (ARAUJO, 2007, p. 226). A UNE, desse período, foi sinônimo de rebeldia e contestação. Por conta de seu papel, diante de um novo cenário conjuntural, passou a ser constantemente analisada pela imprensa, inclusive pela revista **Veja**. Veremos, a seguir, a forma como a revista *Veja* analisou as ações da juventude no ano de 1977.

2 QUANDO OS ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS: AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES E A INTERPRETAÇÃO DA REVISTA VEJA.

A primeira passeata de estudantes nas ruas de São Paulo, passados mais de nove anos da denominada "*rebelião estudantil*",⁴ é retratada pela revista **Veja**, na seção São Paulo, como "*Nove horas de confusão*",⁵ título da reportagem que indica sobretudo os equívocos da manifestação, que teve a participação de três mil estudantes, e durou, segundo o semanário, cerca de quatro horas. A matéria propositalmente iniciou com uma declaração sobre o que aconteceu a despeito da manifestação. Antes de informar as principais reivindicações dos estudantes, a revista destacou que "*O primeiro equívoco foi de ordem geográfica*", isso porque o percurso da manifestação por mais verbas para USP, teria como ponto máximo uma parada em frente à secretaria da Educação que segundo o governo paulista, nas palavras de **Veja**, "*nada tem a ver com as verbas da USP*".⁶ Para Perseu Abramo:

Não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém – da fonte das declarações e opiniões. O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo

⁴ É preciso lembrar que "no Brasil, como no resto do mundo, o movimento estudantil explodiu em 1968", cujas manifestações de protesto foram violentamente reprimidas. Além disso, com a edição do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, "para as esquerdas ficou definitivamente impossível qualquer mobilização de massa, restando apenas o mergulho na clandestinidade e para muitos na luta armada" (PAES, 1997, p. 67).

⁵ Nove horas de confusão. **Veja**. 06/04/1977, p. 38.

⁶ Idem, p. 38.

natural e social e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos. Frequentemente, sustenta as versões mesmo quando os fatos as contradizem (ABRAMO, 2003, p. 29).

Nesta reportagem, notamos o que Perseu Abramo descreve como uma das formas do padrão de manipulação da imprensa, denominado *inversão*. De acordo com o autor existem várias formas de inversão uma delas é a "*Inversão da versão pelo fato*" e outra que também está presente na referida reportagem, é a "*inversão da relevância dos aspectos*". Ou seja, no processo da produção jornalística em **Veja** "*à distorção da realidade*".⁷

Embora não tenha ocorrido repressão, o protesto era proibido pelo governo do estado. Por isso a revista fez questão de detalhar todo o aparato policial montado pelo secretário de Segurança, Coronel Antônio Erasmo Dias, para impedir que a passeata chegasse até o centro da cidade. Mas para **Veja** o "*segundo equívoco*":

– este de efeitos desastrosos para a rotina de milhares de inocentes paulistanos. É verdade que, ao fim de tudo, nenhum estudante sofreria um arranhão – a polícia evitou sempre usar de violência contra eles. Em compensação, a cidade praticamente parou.⁸

Veja sugeriu, demarcado pela expressão *em compensação*, que se o aparato militar tivesse de fato se utilizado de repressão física no sentido de impedir a realização da manifestação, esta não teria causado nenhum problema à cidade. As perdas materiais ocasionadas pelo congestionamento de veículos foi um aspecto enfatizado ao longo da matéria. É possível perceber que mesmo a manifestação e suas reivindicações serem noticiadas, elas perdem seu valor ao serem comparadas aos prejuízos causados pela perda de algumas horas de trabalho. Ou seja, uma forma da revista dar o enfoque da notícia de acordo com seu posicionamento, passando a dar importância não ao significado da manifestação, mas aos seus desdobramentos – culpando os estudantes e minimizando a responsabilidade dos policiais.

O semanário ao se referir a futuras manifestações estudantis, afirmou que "*Desta vez, para tranquilidade do resto da população de São Paulo, eles não pretendem sair do perímetro do campus*".⁹ Ou dito de outra forma, para **Veja** as manifestações dos estudantes possuem o sentido de intranquilidade, algo que poderia perturbar a ordem, portanto, para a revista a realização de protestos de rua se constituía numa prática que deveria ser evitada.

⁷ Idem, p. 28.

⁸ Nove horas de confusão. **Veja**. 06/04/1977, p. 38.

⁹ Idem, p. 39.

A produção jornalística em **Veja** procurou destituir o movimento de unidade, buscando dividir os estudantes entre aqueles que reivindicavam a melhora das condições de ensino, e de outro lado, num primeiro momento, os protestos que envolviam questões políticas. Isso é visível na seção Educação da edição de 13 de abril de 1977, matéria que faz a cobertura da “*disposição estudantil para manifestar seu inconformismo*”, referindo-se aos problemas de caráter prático, como as precárias condições dos hospitais universitários. Nessa matéria as manifestações de cunho político foram noticiadas através de uma foto e algumas linhas, as quais não expressam claramente os motivos dos protestos:

Com exceção de Porto Alegre, onde se registraram manifestações de caráter político (em protesto contra prisões de colegas e recentes medidas do governo, como o fechamento do Congresso), a ‘mobilização’ estudantil no Rio de Janeiro, em Brasília, e São Paulo está vinculada a problemas práticos.¹⁰

Há uma evidente omissão das circunstâncias que implicaram no protesto de estudantes, no Rio Grande do Sul. Ou seja, a construção discursiva, no caso do fragmento acima, demonstra que a revista empregou o padrão de *ocultação* (ABRAMO, 2003, p. 25), padrão de manipulação da imprensa, precisamente caracterizado por Perseu Abramo como “*silêncio militante*”, uma forma de se ocultar fatos deliberadamente, ou seja, a revista neste caso optou por não enfatizar os protestos políticos, mas sim, os assuntos “práticos”. Segundo Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves:

A movimentação estudantil atinge também o sul do país. Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade do Vale dos Sinos, fazem no dia 5 de abril, uma passeata diante da reitoria da UFRGS em protesto contra a prisão, duas semanas antes, de 21 estudantes, professores e um jornalista. A polícia cercou o campus, limitando-se a observar a manifestação contra ‘prisões arbitrárias, cassações, o fechamento do Congresso e atos e leis repressivas’ (GONÇALVES E ROMAGNOLI, 1979, p. 26).

Mas porque a revista não apresentou tais questões? Uma possível resposta a isso se encontra no editorial desta edição, em que a construção discursiva do final da Carta ao leitor, colocou **Veja** supostamente “*acima da sociedade*” (MORETZSOHN, 2002, p. 56), o que permitiu a ela dizer como o Brasil reagiu ao fechamento do Congresso: “*Com o debate interrompido, fica apenas a esperança de um poder usado com moderação – postura que o Brasil, cansado de tantas crises mas sempre paciente, ainda esta vez se dispõe a adotar*”.¹¹ Tal prática da revista, além de silenciar os protestos que

¹⁰ Um certo inconformismo. **Veja**. 13/04/1977, p. 49.

¹¹ Carta ao leitor. **Veja**. 13/04/1977, p. 19.

ocorreram em razão do recesso Congresso, praticado por meio do AI-5, indica sobretudo o modo como seus leitores deveriam se portar diante de mais uma medida autoritária da ditadura militar – pacientemente, sem ação.

A matéria “*Os novos sinais de vida*”, contida na seção Educação, pontuou as principais reivindicações estudantis, e a organização dos estudantes em vários Estados. Mas **Veja** ao comentar uma declaração de membros da Associação de Professores da PUC-RJ, que buscam “*denunciar a política de elitização do ensino no país*”, demonstrou no subtítulo “*Manifestos*”, sua principal preocupação:

Por enquanto, posições como essa têm marcado o limite máximo até onde os estudantes se aventuram no terreno ideológico - *sensatamente*, eles fizeram questão de repudiar manifestações como as contidas num misterioso documento de quatro laudas e meia espalhado na PUC carioca na última quinta-feira. *Descambando para um vocabulário extravagante* (tendo em vista o objetivo estratégico da luta pelo socialismo), o panfleto foi classificado como inautêntico pelo Diretório Central dos Estudantes da PUC – e sua autoria atribuída ‘a meios interessados em caracterizar nosso movimento como ação extra-universitária’.¹²

A preocupação da revista em relação aos rumos dos movimentos estudantis é visível através das expressões discursivas em destaque, nas quais percebemos que em alguma medida **Veja** procurou indicar a direção das mobilizações estudantis, já que desde o início das manifestações a revista observou que assembléias e reuniões estavam sendo organizadas com vistas a uma campanha nacional, com a realização do III Encontro Nacional de Estudantes em junho de 1977. Dessa forma, ao longo da narrativa o semanário buscou construir um sentido discursivo que contrário a qualquer manifestação de caráter socialista, expressa claramente seu posicionamento político-ideológico. Sendo assim, os rumos dos movimentos estudantis passaram a ser uma preocupação constante em **Veja**.

A manifestação convocada pelos DCEs da USP e da PUC-São Paulo, realizada no dia 05/05/1977, concentrou, segundo **Veja** cerca de 10.000 pessoas em São Paulo. O “*ápice da tensão*” se deu quando bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas contra a “*multidão*” por “*cinco policiais à paisana*”.¹³ Para a revista,

Pareceu iminente, para quem se lembrava, a reedição dos conflitos de rua dos turbulentos idos de 1968. (...) Nesse momento, todavia, os estudantes

¹² Os novos sinais de vida. **Veja**. 20/04/1977, p. 76. Grifos meus.

¹³ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 20.

resolveram simplesmente sentar-se no asfalto e ler em coro, mais uma vez, o texto de uma 'carta aberta à população' – 'Hoje, consente quem cala'.¹⁴

A matéria "*Novas figuras na política*" abordou as mobilizações no sentido de discutir os rumos das manifestações estudantis. **Veja** não especificou os principais pontos, nem mesmo publicou na íntegra as principais reivindicações presentes na carta. Segundo Gonçalves e Romagnoli a manifestação reivindicava a revogação da prisão de oito pessoas, entre elas estudantes e trabalhadores, acusados de pertencer à Liga Operária e distribuir materiais considerados subversivos a operários no dia 01/05/77 em São Bernardo do Campo.¹⁵ No editorial, assinado por José Roberto Guzzo, **Veja** demonstrou sua principal apreensão:

*Há o justo receio, porém de que as manifestações estudantis possam evoluir para níveis indesejáveis e de que o anseio dos universitários por mais participação na vida política tome rumos errados – algo que as próximas semanas deverão definir.*¹⁶

Portanto, a revista não abriu espaço para noticiar que os estudantes também estavam lutando "*pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos*" (POERNER, 1978, p. 362-363).¹⁷ **Veja** não discutiu a fundo as questões levantadas pelos estudantes, mas sim, expressou o receio de que se as mobilizações seguissem numa direção análoga ao movimento estudantil de 1968, poderiam desencadear medidas autoritárias por parte da ditadura militar, já que "*ninguém poderia ignorar que foi no auge de uma galopada semelhante que, em 1968, nasceu o AI-5*".¹⁸

Nessa mesma reportagem **Veja** fez alusão às palavras de ordem entoadas em 1968, com o subtítulo "*Refrões proscritos*", afirmando que "*outros refrões mais ousados, como 'abaixo a ditadura', (...) e 'pela Assembléia Constituinte'*" foram deixados de lado pelos estudantes, momentaneamente. Em contrapartida infere-se que as palavras de ordem "*fim às torturas e perseguições políticas*", "*libertação dos companheiros presos*", "*anistia ampla e irrestrita*", e "*pelos liberdades democráticas*" eram caracterizadas pela revista como sendo menos ousadas, sugerindo uma despolitização do movimento estudantil. Ou seja, percebe-se que **Veja** buscou evitar uma suposta radicalização do movimento estudantil através de diversas formas. Para Abramo:

¹⁴ Idem, p. 20.

¹⁵ De acordo com T. Gonçalves e L. Romagnoli, o material subversivo apreendido constituiu-se em "duas máquinas de escrever, sendo uma elétrica, um pôster do Che Guevara, um retrato de Karl Marx, livros, panfletos e prospectos e fascículos da coleção 'As Revoluções'" (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 27).

¹⁶ Carta ao leitor. **Veja**. 11/05/1977, p. 19. Grifos meus.

¹⁷ A "carta aberta à população" foi transcrita do Jornal do Brasil de 06 de maio de 1977.

¹⁸ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 24.

Isolados como particularidade de um fato, o dado, a informação, a declaração perdem todo o seu significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original (ABRAMO, 2003, p. 28).

Portanto, além da seleção dos aspectos a serem noticiados, existe a descontextualização desses aspectos. Assim, podemos notar que através do *padrão de fragmentação* nega-se a noção de processo histórico. Em outro momento da mesma reportagem, **Veja** fez referência ao então governador de São Paulo:

Diretor da extinta UNE nos anos 50, Martins reafirmou na quinta-feira sua oposição a passeatas, 'que atrapalham a vida de todos os cidadãos'. Mas garantiu a integridade física dos oito presos no DOPS, além de esclarecer que, 'se não for terrorismo, não haverá problema algum'. Por fim, o governador assegurou que a passeata de quinta-feira não interromperá as tentativas de diálogo com os estudantes, que vêm empreendendo desde a manifestação de 30 de março.¹⁹

Nesta matéria a revista explorou novamente um recurso muito utilizado na produção de textos jornalísticos, o padrão da *inversão*, (ABRAMO, 2003, p. 28) em que ocorre a inversão do fato pela versão oficial, chamado por Perseu Abramo de *oficialismo*. A tática consiste na incorporação de falas oficiais ao longo das matérias publicadas, o que permite ao mesmo tempo transmitir a posição da revista e ocultar seus interesses. E no caso do fragmento acima, **Veja** ressaltou o antigo vínculo de uma autoridade com a então extinta União Nacional dos Estudantes²⁰ e seu posicionamento contrário a manifestações, para com isso descaracterizar as mobilizações estudantis. Portanto, a revista estava procurando criar consenso nos leitores em torno da idéia de que as manifestações de rua seriam práticas prejudiciais à sociedade, o que expressa o comprometimento da revista na busca pela manutenção da ordem social estabelecida.

Na sequência das reportagens, nota-se a presença de críticas ao movimento, no sentido de questionar as escolhas táticas. Em meio às sucessivas narrativas, junto às informações sobre os desdobramentos das manifestações, como o apoio de estudantes de diversas instituições de ensino superior do país, **Veja** teceu seus comentários com intuito de caracterizar negativamente o movimento estudantil:

¹⁹ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 25.

²⁰ Paulo Egydío Martins foi eleito presidente da UNE em 1949. Segundo entrevista concedida à edição especial dos sessenta anos da UNE, Martins teria declarado "nós passamos a ser o grupo de direita, por que nós tínhamos idéias de direita? Não, porque nós tínhamos derrotado a esquerda". (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1997, p. 26).

Outros reflexos da inexperiência poderiam ter consequências piores, se fosse maior o número de bombas de gás lacrimogêneo que seriam mais tarde lançadas por policiais. 'Ninguém trouxe amoníaco?', perguntou então um dos manifestantes, conhecedor de um dos raros antídotos para os efeitos do gás.²¹

Outro comentário no mesmo sentido é expresso na edição de 18/05/77, em que o semanário fez referência ao fato de que somente *"agora a maioria dos estudantes envolvidos nas manifestações começa a revelar preocupações políticas"*. A revista, na tentativa de alertar o movimento estudantil, afirmou que *"Portanto, vós mais ousados estariam irremediavelmente condenados ao fracasso"*.²² Tal afirmação indica claramente que a revista possuía uma ação sistemática na tentativa de influenciar as práticas estudantis. Isso pode ser visualizado também nos momentos em que **Veja** publicou em meio à reportagem depoimentos de estudantes:

'Eu fiquei chocada com o aparato repressivo, não sabia que era tudo aquilo', dizia na quinta-feira uma das organizadoras da manifestação de Belo Horizonte. Também por isso, os líderes estudantis, que até agora têm compensado seu noviciado com uma surpreendente, intuitiva moderação, parecem dispostos a evitar os riscos de radicalização.²³

Essa afirmação é ressaltada na mesma página através do depoimento de um advogado que participou de assembleias em 1968, no qual assegurou que *"A verdade é que a massa universitária sempre foi progressista, mas moderada"*.

Na reportagem, "Os riscos da escalada", **Veja** afirmou que a *"escalada das manifestações estudantis (...) configurava um desafio"* para o governo. A revista apontou para o fato de que após uma audiência realizada entre o presidente Ernesto Geisel e o ministro da Justiça, Armando Falcão, uma nota oficial fora distribuída para *"emissoras de rádio e televisão – até então proibidas de qualquer menção a manifestações estudantis"*, documento do qual, **Veja** ressaltou os principais pontos, entre eles, que:

Passeatas, concentrações de protesto em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias, são distúrbios de fundo e fim subversivos, não podendo, em consequência, ser tolerados.²⁴

Entretanto, no dia seguinte, após a divulgação da nota, estudantes de Minas Gerais apesar de não saírem em passeata, como haviam programado, com objetivo de apoiar as reivindicações dos estudantes de São Paulo (da manifestação do dia 05/05/77), realizaram

²¹ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 24.

²² Os riscos da escalada. **Veja**. 18/05/1977, p. 27.

²³ Idem, p. 27.

²⁴ Idem, p. 25.

segundo **Veja**, uma concentração "*pacífica*"²⁵ no pátio da Universidade de Minas Gerais, com 5000 pessoas, prática incomum na capital mineira desde 1968.²⁶

No Rio de Janeiro, as passeatas também programadas para terça-feira reuniram segundo **Veja**, 7000 pessoas na PUC, que:

Prudentemente cancelaram uma temerária passeata até o centro da cidade, policiais em trajes de combate a guerrilhas urbanas não ultrapassaram os portões da PUC – e mais uma vez tudo acabou em paz.²⁷

Ou seja, a revista sugere de que forma o movimento estudantil deveria se comportar, "*prudentemente*", caso contrário, o confronto direto seria imediato, o que por sua vez abalaria a "paz" que **Veja** sustentava.

A reportagem na medida em que informou sobre os estudantes de vários Estados que haviam distribuído a "*carta aberta à população*", com o mesmo texto que fora entregue no dia 05/05/77 pelos estudantes de São Paulo,²⁸ noticiou as prisões de estudantes realizadas em Curitiba, São Carlos e Fortaleza. Nesta matéria **Veja** reafirmou que "*É provável, assim, que o governo esteja disposto a impedir a qualquer custo a seqüência de protestos – mesmo que para isso a Polícia precise cruzar as fronteiras do campus*".²⁹ Segundo o semanário, a justificativa seria o discurso de um dos líderes da Arena na Câmara Federal:

‘O movimento em São Paulo, é público e notório, está infiltradíssimo de ideologia comunista’ sustentou Sampaio. ‘Tenho provas objetivas sobre esse assunto’, completou – sem, contudo, revelar que provas seriam essas.³⁰

O semanário também citou uma "*alta fonte do Palácio do Planalto*",³¹ a qual declarou que "*as manifestações foram contaminadas pela subversão, e o governo não vai permitir que esse foco degenerem*". Portanto, a presença da repetição de argumentos contra a "*subversão*", a "*radicalização*", ou a "*ideologia comunista*", constitui-se numa das táticas da revista para orientar o movimento, no sentido de indicar como a participação política dos estudantes deveria ser empreendida – longe

²⁵ A prática discursiva da revista ao caracterizar concentrações ou manifestações como sendo *pacífica*, buscava contrapor tais movimentos às guerrilhas urbanas. Esta denominação apareceu com frequência nas matérias que abordaram os atos públicos de estudantes, legitimando a violência policial.

²⁶ Os riscos da escalada. **Veja**. 18/05/1977, p. 26.

²⁷ Idem.

²⁸ Os riscos da escalada. **Veja**. 18/05/1977, p. 26.

²⁹ Idem, p. 27.

³⁰ Idem.

³¹ Idem, p. 26. Não indicar suas fontes do governo, constitui-se numa das práticas constantes da revista que nos chamou atenção.

de uma política com fins socialistas, evidenciando sua postura anticomunista. Ao mesmo tempo em que legitimou a violência policial.

Na sequência das movimentações, **Veja** reportou o comparecimento de dez mil pessoas à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, USP, no Dia Nacional de Luta pela Anistia, e registrou o impasse durante a organização da manifestação após a ocorrência da repressão policial. Segundo o semanário, havia "*cerca de 1000 estudantes e 2000 populares (...) no interior da Faculdade de Direito*".³² O semanário enfatizou o impasse gerado após a chegada de tais informações aos estudantes e integrantes da mesa, "*entre os quais deputados, vereadores e representantes de entidades, estudantis ou não, cuja enumeração consumiu a primeira meia hora da manifestação*". Estes optaram por permanecer no local e realizar o ato público ali mesmo, em vez de ir ao encontro dos demais manifestantes, com o intuito de não se chocar com o "*monumental esquema arquitetado pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo e comandado pessoalmente pelo coronel Antônio Erasmo Dias*".³³ **Veja**, seguindo a mesma linha da reportagem anterior, teceu conclusões sobre os acontecimentos:

*Foi um sensato raciocínio, que todavia não escaparia, no dia seguinte, às iradas críticas do grupo Liberdade e Luta, a principal força de oposição à diretoria da USP (veja o quadro). 'O movimento estudantil tem que fazer uma crítica severíssima', esbravejaram seus líderes na tarde de sexta-feira, numa assembléia de avaliação dos feitos do Dia Nacional de Luta em São Paulo.*³⁴

É importante destacar o que Antônio Gramsci denomina de ação pedagógica dos partidos. Segundo Carla Luciana Souza da Silva:

Sem descuidar da conjuntura, é nas grandes questões que **Veja** busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido. Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida (SILVA, 2006, p. 75).

Portanto, em relação à afirmação de **Veja** citada no fragmento linhas acima, podemos perceber que a abordagem além de trazer a opinião do semanário, "*Foi um sensato raciocínio*", também procurou indicar a direção das manifestações, no sentido de permanecerem "pacíficas".

Ao mesmo tempo a revista enfocou as divergências suscitadas no meio estudantil, após a decisão de não saírem em passeata, como o programado, pois segundo citação de **Veja**, de um dos líderes do grupo Liberdade e Luta, "*Ficando na Faculdade de Medicina, nós traímos os setores*

³² Os estudantes, de novo. **Veja**. 25/05/1977, p. 26.

³³ Idem, p. 26.

³⁴ Idem, p. 26. Grifos meus.

populares que se organizaram numa manifestação espontânea no centro da cidade".³⁵ No quadro "O que pensam os novos líderes da USP", o semanário mencionou os pontos comuns e divergentes dos principais grupos – Refazendo, e Liberdade e Luta, que disputavam as eleições do Diretório Central de Estudantes da USP, DCE-livre Alexandre Vanucchi Leme:

Ao contrário das falecidas agremiações de 1968, Refazendo e Liberdade e Luta exibem numerosas características comuns – a começar pela disposição de evitar o florescimento de exageros personalistas, traduzida no papel secundário atribuído aos nomes dos candidatos.³⁶

Esse tipo de construção discursiva, bastante recorrente em **Veja**, ao mesmo tempo em que procurou cristalizar no passado a experiência vivida pelo movimento estudantil em 1968, ela também buscava manter viva. Mas a experiência foi destituída de seu processo histórico. Ainda na mesma matéria, **Veja** citou uma suposta declaração de um dos diretores do DCE:

Ele admite a importância da existência de líderes reconhecidos pelos universitários – mas corrente alguma parece disposta a patrocinar o surgimento de modernas versões das figuras de 1968, como Vladimir Palmeira ou Luiz Travassos.³⁷

A partir disso percebemos que há a presença das mesmas idéias, como por exemplo, a permanente caracterização do movimento estudantil de 1977 como algo distinto do movimento estudantil de 1968. A crítica tecida por **Veja** em relação ao movimento de 1968 buscou evitar que as reivindicações dos estudantes em 1977 pudessem causar retrocessos por parte do governo quanto ao processo de abertura política.

A luta pela Anistia constituía-se num movimento "formalmente liberal" que segundo Bernardo Kucinski "acabou se impondo como de grande autenticidade e potencial mobilizador" (KUCINSKI, 1982, p. 109). Mas **Veja** generalizou a participação de outros setores que não a categoria dos estudantes, citando-os como *populares*, como se não fizessem parte de nenhuma organização – como, por exemplo, o Movimento Feminino pela Anistia, MFA, criado em 1975. É possível perceber também a ênfase que **Veja** projetou sobre as falas oficiais:

Na noite de terça-feira, materializando uma decisão pessoal do presidente Ernesto Geisel, o ministro Ney Braga, da Educação, apareceu diante dos presumíveis 30 milhões de brasileiros presos em casa entre o "Jornal Nacional" e a novela "Duas Vidas" – e, através de uma cadeia nacional de rádio e

³⁵ Os estudantes, de novo. **Veja**. 25/05/1977, p. 26.

³⁶ Idem, p. 26.

³⁷ Idem, p. 28.

televisão, dirigiu uma mensagem aos estudantes. Com voz pausada, o fluente, experimentado Braga enumerou realizações oficiais no campo da educação, mencionou mais uma vez a presença de 'agitadores entre os estudantes' e observou, otimista, que 'a Universidade não aceitaria a radicalização'.³⁸

Portanto, a revista procurava estender sua preocupação ao demais leitores. Ou seja, nesse momento específico, em consonância com seu projeto político, **Veja** atuava na defesa das decisões governamentais. Segundo Bernardo Kucinski:

A liberalização da imprensa havia sido concebida por Geisel e Golbery, como operação ao mesmo tempo tática e estratégica do processo de abertura. (...) Golbery procurava, numa primeira etapa, reciclar os donos da imprensa e os principais editores, mostrar a eles que o governo estava interessado num grau de crítica, o suficiente para a intimidar a linha dura, mas não tanto que a assustasse e a levasse a reações incontroláveis. E, numa segunda etapa, substituir todo o aparato coercitivo de repressão policial-militar, por um novo aparato, de caráter ideológico, a própria imprensa (KUCINSKI, 1991, p. 57-58).

Deste modo, conforme Kucinski, a revista **Veja**, e os demais meios de comunicação, passaram progressivamente a ter seu trabalho livre da censura, ainda durante o governo Geisel, por conta dos conflitos políticos entre a *linha dura* e o grupo *castelista*, pois o grupo de militares pertencentes à linha dura era contrário ao processo de abertura, defendido por Geisel. Nesse sentido, Geisel autorizou a imprensa a relatar acontecimentos que envolviam torturas, já que o presidente aspirava enfraquecer a chamada linha dura, grupo vinculado aos órgãos de repressão.³⁹ Além disso, a autocensura, presente na revista **Veja**, através do próprio corpo jornalístico, procurou de maneira "conciliatória" não acirrar o processo de abertura. Nesse sentido, com a grande movimentação estudantil, **Veja** se posicionou contra a radicalização da crescente participação política dos estudantes.

Sobre o ano de 1977 cabe ainda destacar a matéria que **Veja** publicou em 23/11/1977, cujo título é "*A questão estudantil*",⁴⁰ em que apresenta os resultados de uma pesquisa encomendada ao Instituto Gallup de Opinião Pública. Tal matéria procura ser:

Um indicador seguro dos desejos e das inquietações capazes de alimentar manifestações como as de 1977. Além de revelar as várias facetas do pensamento de um segmento que hoje reúne cerca de 1,2 milhão de estudantes.⁴¹

³⁸ Os estudantes, de novo. **Veja**. 25/05/77, p. 28.

³⁹ Com relação a este assunto é importante ressaltar que "A atitude de Geisel, todavia, não colocou um ponto final nas ações repressivas. Conforme os atentados a bomba em fins de 1976 comprovaram, bem como a violência da polícia paulista sob Erasmo Dias, elas somente mudaram de mãos" (MATHIAS, 1995, p. 126).

⁴⁰ A questão estudantil. **Veja**. 23/11/1977, p. 114.

⁴¹ Idem, p. 115.

Segundo Pierre Bourdieu o conceito de opinião pública não existe, isto é, não existe no sentido que os institutos atribuem a ele. Pois ocorre que os institutos de pesquisa se utilizam desta concepção para justificar determinadas posições e interesses políticos. Uma vez que tais pesquisas implicam, *“toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições de rigor metodológico são obedecidas na coleta e análise dos dados”* (BOURDIEU, 1987, p. 138).

Para Bourdieu este conceito na visão dos institutos pressupõe uma realidade objetiva, em que não há espaço para argumentação, por isso são “recheadas” de estatísticas. Podemos afirmar o mesmo em relação à matéria publicada por **Veja**, a qual possui vários quadros estatísticos, desde gráficos e tabelas sobre a qualidade dos cursos, até a participação em protestos, nas quais observa-se que as respostas se limitam a responder “sim, não ou depende”.

Neste caso a revista apresentou a conclusão de que a maioria dos estudantes estava insatisfeita com a política do governo e a realidade das Universidades brasileiras, e aspirava participar para mudar este quadro, mas que esta maioria, segundo a referida pesquisa, era “moderada” (questão que merece um maior aprofundamento). Com isso, podemos perceber que a partir das últimas matérias publicadas em 1977, **Veja** começou a mudar sua postura em relação à participação política dos estudantes. Por isso a revista enfatizou bastante que as idéias dos estudantes não eram mais as mesmas, sempre comparadas ao movimento estudantil de 1968:

Parece decididamente inviável, de todo modo, uma eventual reedição dos dramáticos idos de 1968, quando o desencanto dos militantes de um movimento bruscamente reprimido compeliu centenas deles à desastrosa adesão à guerrilha urbana. Hoje, todas as correntes que influenciam a participação política na Universidade partilham a certeza de que as táticas pacifistas aplicadas desde março devem ser mantidas a qualquer custo, por mais violenta que seja a reação policial.⁴²

Apesar da diferença ser explícita, e **Veja** já ter pontuado isso em outras reportagens, é necessário perceber que a revista se manteve até este momento, final de 1977, buscando construir o sentido de que a participação política dos estudantes não deveria romper as barreiras da Universidade. Ou seja, a revista desenvolveu uma campanha sistemática para conter a reorganização dos estudantes. O movimento estudantil estava ganhando força a nível nacional, reivindicando uma democracia que atendesse aos interesses da maioria da população, o que foi de encontro à posição de **Veja** – expressivo partido burguês no Brasil. Deste modo, é necessário destacar que a revista possuiu uma dupla atuação: “orientar” e “ameaçar” os estudantes. Indicar o que o movimento deveria fazer ao noticiar suas ações, de forma bastante interessada como

⁴² A questão estudantil. **Veja**. 23/11/1977, p. 115.

mostramos neste artigo. E ao mesmo tempo solicitar e legitimar a repressão, quando julgava necessário. Portanto, não existiu aspectos que apontassem para uma possível contradição na linha política de **Veja**.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- BARCELLOS, Jalusa. **Revista UNE: 60 anos a favor do Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. "A opinião pública não existe". IN: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 10, p. 16 -32, Jan/Fev/Mar/Abr. 1999.
- _____. **UNE em Tempo de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- GONÇALVES, Tânia & ROMAGNOLI, Luiz. **A volta da UNE**. De Ibiúna a Salvador. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso de emprego na globalização**. Salvador, Edufba, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.
- _____. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais. 1922-1989**. São Paulo, Revan, 1998.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964 – 1968**. São Paulo: Papyrus, 1987.
- _____. **Rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.
- PAES, Maria Helena Simões. **A década de 1960: Rebelião, Contestação e repressão política**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SANTOS, Laura Karine Maia dos. **A União Nacional dos Estudantes e a "Reforma Universitária" do Governo Lula: a educação pública em debate**. 124 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, Carla Luciana. Veja: mais um partido neoliberal. IN: **Revista História & Luta de Classes**. Ano 1 Edição nº 2, Fevereiro 2006.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **60 anos a favor do Brasil**. Rio de Janeiro: ANC Comunicação e Marketing, 1997.